

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE AGOSTO DE 1996

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence; Senhor Ministro da Previdência Social, Stephanes; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Chanceler da Ordem Nacional do Mérito; Jornalista Roberto Marinho; Senhores Membros do Conselho da Ordem Nacional do Mérito; Senhores Agraciados; Altas Autoridades; Senhores Presidentes de Tribunais Superiores; Senhores Juízes desses Tribunais; Senhoras e Senhores;

Nada mais grato ao Presidente da República do que, assistido pelo Conselho da Ordem Nacional do Mérito, ter podido, numa homenagem singela, transmitir aos agraciados nosso agradecimento e, como disse a Dra. Maria Helena Cisne Cid, por intermédio deles, a todo o País a nossa gratidão, o nosso reconhecimento. São pessoas que honraram a função pública, que se distinguiram por fazer o que há de mais simples, que é exercer na plenitude as suas responsabilidades.

Num momento em que, no Brasil, de alguma forma, nós estamos revivendo as virtudes republicanas, é importante sublinhar que existem muitos funcionários, muitas pessoas, no Ministério da

Previdência, nos vários Ministérios, nos Tribunais, nas Forças Armadas, no Legislativo, enfim, no conjunto da sociedade política organizada e no Estado, que cumprem o seu dever.

Acho que o Brasil sabe que alguns não o cumprem. O Brasil se indignou diante dos abusos, dos excessos, dos desmandos. E mais ainda se indigna quando esses abusos, excessos e desmandos se transformam em corrupção aberta, atingindo aquilo que é mais sagrado – os velhos, os idosos, a merenda escolar, as crianças, a saúde, a corrupção nos remédios. Chegou-se ao ponto do inaceitável.

Um país que tem a força que tem o Brasil é capaz de se recuperar. Estamos vendo isso hoje em franca atividade. Devo dizer que grande parte dos funcionários, imensa parte do Judiciário, do Legislativo não faz outra coisa senão – dentro dos limites das suas condições materiais e de compreensão até mesmo espiritual – cumprir o seu dever. Preciso ressaltar isso. E é preciso esmagar aqueles poucos que mancham a função pública, que mancham a sociedade brasileira. Há o exemplo e virtude daqueles que cumprem, com sinceridade, com simplicidade, com competência, o seu dever.

Esta é a homenagem que a República, por intermédio da Ordem Nacional do Mérito, presta a estes quatro Desembargadores que, como já ressaltou o Ministro da Previdência, na condução desse processo mostraram ser possível chegar-se àquilo que o Brasil deseja: a Justiça.

Recentemente, numa inauguração em São Paulo, eu disse que nós hoje, ao lado do lema “Ordem e Progresso”, estamos ansiosos por outro lema: “Justiça e Progresso”. De alguma maneira, o que disse a Juíza foi isso. A tecnologia, o progresso só se enquadram realmente como valores na medida em que significam também elementos de justiça – portanto, atingem os objetivos da maioria da população e melhoram as suas condições de vida.

Os senhores, ao cumprirem a função, restabeleceram a justiça. Não é a vingança, é a justiça. Ao reporem valores materiais, mas por trás deles também os valores morais da isenção no cumprimento dos seus deveres e da reprovação daqueles que não os cumpriram, estão

participando dessa refundação da República. Disso é que se trata no Brasil, da refundação da República no seu sentido mais simples: de que temos de nos comportar como servidores públicos, como alguém que serve ao público. E esse público espera – e exige, mesmo, de nós – o cumprimento dos nossos deveres. Mas esse público também está sequioso por ver que há o reconhecimento.

Hoje é uma manhã em que estamos reconhecendo, conhecendo outra vez, mostrando aquilo que já sabíamos antes: que a Justiça cumpre o seu dever. Mas agora estamos demonstrando que ela o está cumprindo.

Acho muito importante que esses valores voltem a ter força no Brasil. Não se precisa mais do que do respeito que deriva do reconhecimento, pura e simplesmente – é tão difícil o resto; falaram em salário, não é Ministro Pertence? –, pelo menos de respeito, porque o respeito já significa estar a sociedade percebendo que há servidores que estão realmente trabalhando, no bom sentido. E devo dizer que se nota, por todos os lados no Brasil, uma volta a esses valores mais simples e a esse sentido da busca de condições tecnológicas que permitam atender à população.

Semana passada, fui – com o Ministro Zenildo, que se encontra aqui com o General Cardoso e com outros ministros mais – à Amazônia. E, a 1.100 km de Manaus, numa cidade chamada São Gabriel da Cachoeira, fomos visitar um hospital. Hospital simples, do governo do Estado, que foi, por convênio, entregue à administração do Exército e recebe assistência do SUS, do Ministério da Saúde. Pois bem, as populações indígenas em volta são 45 mil habitantes no município, a imensa maioria composta por populações de várias etnias, com línguas diferentes, mais de 20 línguas. E lá no hospital existe um aparelhinho simples, para fazer o que o Zenildo chamou de telemedicina, ou seja, possibilita transmitir por fax uma chapa que se tire – basta uma linha telefônica – a um hospital em Manaus ou em Brasília ou onde seja. E o médico, lá em São Gabriel da Cachoeira, pode consultar um especialista daqui, pode ser orientado para saber se realmente o diagnóstico é correto e, sendo

correto, qual o tratamento, se é necessário ou não remover o paciente para outra cidade ou se pode ser atendido ali mesmo. Coisas simples com tecnologia – tecnologia ainda não muito sofisticada, mas já se preparando para poder servir à população.

Dei esse exemplo que eu vi, recentemente. Estive lá. Outro dia, também muito distante daqui, vi uma televisão numa escola, para treinamento do professor pelo sistema de educação à distância – que nós já distribuímos: mais de 40 mil escolas já dispõem desse sistema, fazendo com que a tecnologia possa ajudar a auxiliar na transformação das condições de trabalho do professorado brasileiro.

Perdoem-me por citar esses exemplos, um na educação, outro na saúde, na ação conjunta do Governo e das Forças Armadas, com alguns Ministérios, que pode parecer tão distante do fato de estarmos, hoje, homenageando eminentes Desembargadores pelo cumprimento do seu dever. Mas no fundo é a mesma coisa: dedicação. Amor, disse a Juíza, amor. É isso mesmo. Não se faz nada de grandioso sem que haja generosidade, sem que haja uma disposição interna, íntima, que leve a essa expressão de amor, que não se pode traduzir, naturalmente, de uma forma piegas do dia-a-dia, mas que significa, lá, profundamente, dentro de cada um de nós, uma convicção de que estamos atuando porque acreditamos e estamos fazendo com amor aquilo em que acreditamos. Senão, não se consegue – com tantas dificuldades que existem – realizar aquilo que é necessário que se realize.

Quero simplesmente dizer – e creio que falo em nome de todos – que este é um momento de consagração, momento de união dos vários poderes. Vimos aqui, pela exposição do Ministro Stephanes, que houve uma CPI no Congresso, medidas legislativas, medidas no Executivo, medidas no Judiciário. É preciso que haja, realmente, uma convergência de vontades imbuídas desses mesmos valores. É simplesmente para significar, neste momento de conagração, que os senhores quatro realmente representam muito na estima dos brasileiros, porque, no fundo, é a auto-estima de cada um de nós.

Eu os felicito mais uma vez e agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.